

Demonstrações Financeiras

***Concessionária Ecovia Caminho
do Mar S.A.***

***31 de dezembro de 2006 e 2005
Com Parecer dos Auditores Independentes***

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2006 e 2005

Índice

Parecer dos Auditores Independentes.....	1
Demonstrações Financeiras Auditadas	
Balancos Patrimoniais	3
Demonstrações do Resultado.....	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.....	7
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	8

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. em 31 de dezembro de 2006 e 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- 4 Conforme descrito na nota 18, a Administração Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e o Governo do Estado do Paraná estão discutindo, inclusive judicialmente, diversos aspectos relacionados ao Contrato de Concessão assinado entre as partes em 14 de novembro de 1997. Tais discussões abrangem alternativas para atender o interesse público, sem comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, bem como a possibilidade do Governo do Estado promover a execução de alternativas como: a) desapropriação das ações da Companhia; b) a encampação das rodovias; c) a caducidade do Contrato de Concessão, como forma de retomar o controle da atividade presentemente concedida à mesma e d) nulidade dos aditivos contratuais e de graus tarifários. As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal das operações da Companhia, e não incluem quaisquer efeitos que o desfecho das referidas discussões com o Governo poderiam trazer na eventualidade de um desfecho negativo.

Curitiba (PR), 2 de março de 2007.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-PR

Aurivaldo Coimbra de Oliveira
Contador CRC-1PE009428/O-4-S-PR

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais – R\$)

	2006	2005
ATIVO		
Circulante		
Disponibilidades	3.497	3.737
Contas a receber (Nota 4)	960	526
Impostos a recuperar	-	111
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	-	391
Despesas antecipadas (Nota 5)	1.272	581
Outros créditos	97	285
Total do ativo circulante	5.826	5.631
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais (Nota 11)	605	228
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	353	344
Permanente		
Imobilizado (Nota 6)	45.373	39.984
Total do ativo não circulante	46.331	40.556
Total do ativo	52.157	46.187

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante		
Fornecedores	2.290	3.783
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	2.031	2.068
Impostos, taxas e contribuições a recolher	877	878
Obrigações sociais	1.205	1.170
Partes relacionadas (Nota 10)	1.067	2.555
Dividendos a pagar (Nota 12)	11.741	10.333
Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.107	-
Outras contas a pagar	2.263	865
Total do passivo circulante	22.581	21.652
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	10.480	6.539
Provisão para contingências (Nota 11)	547	547
Total do passivo não circulante	11.027	7.086
Patrimônio líquido (Nota 12)		
Capital social	15.600	15.600
Reservas de lucros	2.949	1.849
Total do patrimônio líquido	18.549	17.449
Total do passivo e do patrimônio líquido	52.157	46.187

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação em reais)

	2006	2005
Receita operacional bruta		
Receita com arrecadação de pedágio	89.943	81.266
Receitas acessórias	560	644
Impostos sobre arrecadação	(7.825)	(6.839)
Receita operacional líquida	82.678	75.071
Custo dos serviços prestados (Nota 13)	(29.141)	(36.564)
Lucro bruto	53.537	38.507
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 13)	(21.059)	(18.453)
Receitas financeiras (Nota 14)	92	16
Despesas financeiras (Nota 14)	(2.388)	(1.797)
Lucro operacional	30.182	18.273
Resultado não operacional	(1)	15
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	30.181	18.288
Imposto de renda e contribuição social (Nota 8)		
Corrente	(10.182)	(6.305)
Diferido	9	55
Lucro líquido do exercício	20.008	12.038
Lucro por lote de mil ações – em reais	1,28	0,77
Quantidade de ações no final do exercício (em milhares)	15.600	15.600

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais - R\$, exceto informação por ação em reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2004	15.600	1.079	108	-	16.787
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.038	12.038
Destinações do lucro líquido:					
Reserva legal	-	602	-	(602)	-
Reserva estatutária	-	-	60	(60)	-
Dividendos (R\$0,73 por ação)	-	-	-	(11.376)	(11.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	15.600	1.681	168	-	17.449
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.008	20.008
Destinações do lucro líquido:					
Reserva legal	-	1.000	-	(1.000)	-
Reserva estatutária	-	-	100	(100)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(387)	(387)
Dividendos intermediários (R\$0,43 por ação)	-	-	-	(6.780)	(6.780)
Dividendos propostos (R\$0,75 por ação)	-	-	-	(11.741)	(11.741)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	15.600	2.681	268	-	18.549

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações:		
Lucro líquido do exercício	20.008	12.038
Itens que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciações	8.567	7.335
Variação Monetária e juros de longo prazo	680	-
Valor residual das baixas do ativo imobilizado	20	-
Provisão para contingências	-	200
Imposto de renda e contribuição social diferidos – longo prazo	(9)	-
Recursos originados das operações	29.266	19.573
De terceiros:		
Aumento de passivos não circulantes:		
Empréstimos e financiamentos	5.000	6.539
Total das origens	34.266	26.112
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Adições ao Imobilizado	13.976	9.763
Aumento de outros ativos não circulantes	377	-
Transferência do passivo não circulante para o passivo circulante:		
Empréstimos e financiamentos	1.739	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	344
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	18.908	11.376
Total das aplicações	35.000	21.483
Acréscimo (decréscimo) no capital circulante líquido	(734)	4.629
Demonstração do acréscimo (decréscimo) no capital circulante líquido		
Ativo circulante:		
No início do exercício	5.631	3.093
No fim do exercício	5.826	5.631
	195	2.538
Passivo circulante:		
No início do exercício	21.652	23.743
No fim do exercício	22.581	21.652
	(929)	2.091
Acréscimo (decréscimo) no capital circulante líquido	(734)	4.629

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais - R\$)

1. Contexto Operacional

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 quilômetros constituídos por: a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 quilômetros; b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32,0 quilômetros; c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19,0 quilômetros. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento da verba anual de fiscalização em doze parcelas mensais durante o período do contrato, sendo do início até o 11º ano R\$60 mensais e do décimo - segundo ano até o final do contrato R\$66 mensais.
- Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destinada a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária, a qual será paga até o 11º ano, no valor de R\$10 mensais e do 11º ano ao final do contrato R\$11 mensais.
- A restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme abaixo (exceto operação):
 - 2,6 quilômetros da Rodovia PR 804, trecho entre a BR 277 e PR 408;
 - 13,2 quilômetros da Rodovia PR 408, trecho entre Morretes e a BR 277;
 - 9,6 quilômetros da Rodovia PR 408, trecho entre a PR 340 e Morretes;
 - 13,0 quilômetros da Rodovia PR 411, trechos entre a PR 410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores acima mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais - R\$)

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseando-se nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON.

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi computada com base na legislação vigente na data do balanço.

As demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentadas em milhares de reais.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais - R\$)

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. As receitas decorrentes de vendas antecipadas de “cupons” de pedágio são contabilizadas como “Receitas Antecipadas” no passivo circulante na rubrica de “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício, à medida que os usuários passam pela praça de pedágio. As despesas são registradas pelo regime de competência.

b) Contas a receber

São apresentadas pelos respectivos valores de realização e podem incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para devedores duvidosos, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

c) Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, em função do prazo de vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente. As principais melhorias são registradas no imobilizado e os gastos com manutenção e reparos são registrados no resultado, quando incorridos. Os gastos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não terminados, são registrados como obras em andamento.

d) Empréstimos e financiamentos

São apresentados pelo valor do principal acrescido dos encargos financeiros incorridos *pro rata temporis* até a data do balanço.

e) Tributação sobre a receita

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao ISS, PIS e COFINS. Esses encargos são apresentados como dedução da receita operacional bruta na demonstração de resultado.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais - R\$)

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis--Continuação

f) Tributação sobre o lucro

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e contribuição social. O imposto sobre a renda foi calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social foi calculada à alíquota vigente, sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos, com base nas alíquotas conhecidas, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros, de acordo com o disposto na deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, que aprovou o pronunciamento do IBRACON sobre a contabilização do imposto de renda e da contribuição social (Nota 8). O reconhecimento dos créditos tributários está fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros, que foi baseado em estudo técnico de viabilidade, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração.

g) Provisão para contingências

Atualizada até as datas dos balanços pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na Nota 11.

h) Juros sobre o capital próprio

Foram calculados de acordo com a legislação vigente, sendo que para os juros sobre o capital próprio foi respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado.

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São registrados pelos valores nominais conhecidos ou estimados, atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais - R\$)

4. Contas a Receber

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Pedágio eletrônico a receber	284	-
Cupons de pedágio a receber	556	439
Outras contas a receber	120	87
	<u>960</u>	<u>526</u>

Representadas substancialmente por valor a receber de pedágio eletrônico, cupons de pedágio, faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, a administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para devedores duvidosos sobre o saldo das contas a receber.

O *aging list* das contas a receber em 31 de dezembro de 2006 e 2005 está assim representado:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Contas a receber a vencer	948	503
Contas a receber vencidas há 30 dias	2	7
Contas a receber vencidas há 90 dias	3	11
Contas a receber vencidas há 180 dias	1	5
Contas a receber vencidas há 365 dias	6	-
	<u>960</u>	<u>526</u>

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais - R\$)

5. Despesas Antecipadas

Os saldos das despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2006 e 2005 são compostos por:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Prêmios de seguros	1.272	581

6. Imobilizado

		<u>2006</u>		<u>2005</u>	
	Taxa média ponderada anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Demais melhorias e ampliações	3,9	10.616	(4.428)	6.188	5.474
Pavimentações e conservação especial	14,0	47.308	(23.028)	24.280	21.612
Sinalização e dispositivos de segurança	4,9	6.445	(4.261)	2.184	1.976
Hardware, software, sistemas e equipamentos de pedágio	16,9	5.833	(3.573)	2.260	2.120
Máquinas e equipamentos	10,0	980	(524)	456	418
Móveis e utensílios	10,4	521	(260)	261	281
Terrenos e edificações	6,6	12.456	(4.246)	8.210	7.104
Instalações	10,0	1	-	1	-
Outros	2,1	2.181	(648)	1.533	999
		<u>86.341</u>	<u>(40.968)</u>	<u>45.373</u>	<u>39.984</u>

7. Arrendamento Mercantil

Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, a Companhia mantinha contratos de arrendamento mercantil – leasing operacional de máquinas e equipamentos, com taxas prefixadas de juros entre 1,63% e 1,77% a.m., a serem pagos em 36 parcelas de R\$16 com prazos de vencimento entre 2005 e 2008, com saldo remanescente de R\$276. O valor dos bens arrendados é de R\$434.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais - R\$)

8. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2006, os saldos acumulados de prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social haviam sido totalmente compensados com lucros tributáveis. O crédito tributário relativo ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente de diferenças temporárias, totalizava, em 31 de dezembro de 2006, R\$353 (R\$735 em 31 de dezembro de 2005). A efetiva realização desse ativo está condicionada à tributação futura das diferenças temporárias.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>30.181</u>	18.288
Imposto de renda e contribuição social calculados pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(10.262)	(6.218)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Imposto de renda e contribuição social sobre juros sobre o capital próprio	132	-
Outros	(43)	(32)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(10.173)</u>	<u>(6.250)</u>

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais - R\$)

9. Empréstimos e Financiamentos

Credor	Moeda	Taxa média anual de juros	2006	2005
Unibanco	Nacional	20,50 %	12.511	8.607
Total			12.511	8.607
Total no passivo circulante			(2.031)	(2.068)
Total no passivo não circulante			10.480	6.539

Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, o saldo de empréstimos estava representado por obrigações referentes à captação de capital de giro, e a dívida de longo prazo está programada para ser paga nos seguintes anos:

	2006	2005
2007	-	1.739
2008	1.584	1.600
2009	1.683	1.600
2010	1.789	1.600
2011	5.424	-
	10.480	6.539

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais - R\$)

10. Transações com Partes Relacionadas

A Concessionária contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros. As transações do exercício e os saldos correspondentes são demonstrados a seguir:

Sociedade	Custos dos serviços comprados	Despesas gerais e administrativas	Aquisição de Imobilizado	Saldo de serviços e obras a pagar
Primav Ecorodovias S.A.	-	7.958	-	-
ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda.	-	5.684	-	1.067
Total 2006	-	13.642	-	1.067
Total 2005	13.484	-	266	2.555

Os saldos de passivos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativos a operações com empresas relacionadas, foram realizados em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, a Companhia não tinha concedido aval para qualquer parte relacionada.

11. Provisão para Contingências

A administração da Companhia acredita que a provisão para contingências constituída, conforme apresentado abaixo, é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais.

	2006	2005
Cível	200	200
Trabalhista	347	347
	547	547
Depósitos Judiciais	605	228

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais - R\$)

11. Provisão para Contingências--Continuação

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. As respectivas provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo acidentes e pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia tem outras contingências de natureza cível no valor de R\$ 1.772, que foram avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração e, portanto, sem constituição de provisão.

Processos trabalhistas

Correspondem principalmente a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Existem também outros processos de mesma natureza, no valor de R\$ 675, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela administração e, portanto, sem constituição de provisão.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. Os saldos desses créditos que, em 31 de dezembro de 2006, representavam R\$605 (R\$228 em 2005), estão classificados sob a rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante realizável a longo prazo.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais - R\$)

11. Provisão para Contingências--Continuação

Processos tributários

Na opinião de seus advogados, a Companhia não tem processos tributários com avaliação de perda provável.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

12. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, o capital social estava composto por 15.600.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

Legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária

Destinada à formação de reserva para restituição aos acionistas nos casos de extinção da concessão, é constituída com base em 0,5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 10% do capital social.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais - R\$)

12. Patrimônio Líquido--Continuação

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A Companhia efetuou no exercício de 2006, pagamento de dividendos, no valor de R\$17.113 (R\$10.333 referentes ao exercício de 2005 e R\$6.780 referentes a dividendos intermediários de 2006).

Aos acionistas são assegurados dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados e as deduções previstas na legislação societária. Serão ainda destinados do lucro líquido, após as referidas compensações, 0,5% para constituição da reserva destinada à restituição de capital aos acionistas no caso de extinção da concessão, limitada a 10% do total do capital subscrito.

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia mantém registrado na rubrica de "Dividendos a pagar" saldo de dividendos do exercício de 2006 no valor de R\$11.741.

O montante de juros sobre o capital próprio apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2006 totalizou R\$387 e foi calculado dentro do limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei nº. 9249/95, complementada por disposições legais posteriores.

13. Custos e Despesas Gerais e Administrativas

	2006				2005	
	Custos dos Serviços prestados	Despesas administrativas	Total	%	Total	%
Pessoal	3.940	3.013	6.953	13,9	6.536	11,9
Conservação e Manutenção	10.082	439	10.521	21,0	15.952	29,0
Serviços de terceiros	3.126	16.572	19.698	39,2	18.159	33,0
Seguros	1.322	-	1.322	2,6	1.126	2,0
Poder Concedente	1.869	-	1.869	3,7	1.738	3,2
Depreciação/Amortização	8.567	-	8.567	17,1	7.334	13,3
Outros	235	1.035	1.270	2,5	4.172	7,6
	29.141	21.059	50.200	100,0	55.017	100,0

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais - R\$)

13. Custos e Despesas Gerais e Administrativas--Continuação

As despesas com pessoal incluem provisão para participação nos lucros aos empregados, em 2006, no valor estimado de R\$419 (R\$370 em 2005). Os honorários da administração totalizaram R\$465 em 2006 (R\$254 em 2005).

14. Resultado Financeiro

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Sobre aplicações financeiras	92	16
	<u>92</u>	<u>16</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre financiamentos	(2.079)	(1.554)
Juros sobre outras obrigações	(82)	(54)
Outros	(227)	(189)
	<u>(2.388)</u>	<u>(1.797)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(2.296)</u>	<u>(1.781)</u>

15. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros

Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices (swaps) ou que envolvessem operações com instrumentos financeiros derivativos.

Valor de mercado

Em 31 de dezembro de 2006 e 2005 o valor de mercado dos instrumentos financeiros, representado substancialmente por empréstimos e financiamentos, representa o valor contábil registrado nas demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais - R\$)

16. Plano de Previdência Privada

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, no qual a Companhia e colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Até 31 de dezembro de 2006, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$64.

No intuito de solidificar o plano de benefícios, a Companhia aportou valores retroativos a janeiro de 2006 ou à data de admissão, no caso de admissão em 2006, para aqueles que aderissem ao plano de previdência privada até junho de 2006.

17. Seguros Contratados

A Companhia possui cobertura de seguros considerada suficiente em função dos riscos existentes em sua operação, inclusive seguros obrigatórios em função do cumprimento de cláusulas específicas do contrato de concessão, em que o beneficiário é o DER-PR (Departamento de Estradas de Rodagem – Paraná).

18. Informações sobre o Contrato de Concessão

A pedido do Governo do Estado, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná autorizou o Poder Executivo Estadual, com base na Lei Estadual 14.066 de 4 de julho de 2003, a promover a encampação da concessão objeto do contrato de exploração do lote número 6 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, o qual se refere aos trechos de rodovias sob concessão da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

De acordo com a referida Lei e, posteriormente, por força de decisão judicial (sentença de mérito), a extinção da concessão e retomada do serviço pelo Governo do Estado, sob a forma de encampação, dar-se-á somente após o prévio e devido pagamento do valor correspondente à indenização devida à Ecovia, conforme previsto no contrato de concessão e na Lei Complementar nº. 76 de dezembro de 1995, que regula a concessão de serviços públicos. De toda forma, em 2005, o Governo do Estado do Paraná, em um dos processos judiciais que discutem o assunto declarou já há algum tempo ter deixado de efetuar a encampação das concessões.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais - R\$)

18. Informações sobre o Contrato de Concessão--Continuação

Em 12 de janeiro de 2004, o Governo do Estado do Paraná emitiu uma série de decretos declarando como sendo de “utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto” de cinco das seis Companhias que fazem parte do Anel de Integração do Paraná. Pelos referidos decretos, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a Procuradoria Geral do Estado ficam autorizados a tomar medidas extrajudiciais e judiciais para a efetivação da desapropriação. Entretanto, o Poder Judiciário suspendeu todos os efeitos dos decretos expropriatórios no âmbito de ações movidas pelas concessionárias, inclusive a Ecovia.

A desapropriação de ações de controle da descrita acima, para a qual o Governo do Estado editou decretos de utilidade pública, foi impedida por ordem da Justiça Federal do Distrito Federal editada em 2 de abril de 2004.

Além disso, o Poder Concedente instaurou administrativamente processo para apurar supostos descumprimentos de cláusulas do contrato de concessão. A Ecovia por discordar absolutamente dos fatos apontados socorreu-se mais uma vez ao Poder Judiciário que determinou a suspensão dos processos administrativos por reputá-los indevidos, através de decisão do TRF da 1ª Região emitida em 1º de junho de 2004.

Nessa mesma esteira, durante o primeiro semestre de 2004, o Governo do Estado do Paraná, por meio do DER/PR, realizou diversos procedimentos de auditoria operacional e financeira sobre os registros contábeis da Ecovia Caminho do Mar S.A. Como resultado desse trabalho, algumas supostas incorreções foram identificadas por aquelas autoridades, as quais foram tempestivamente explicadas e justificadas pela Ecovia Caminho do Mar S.A. Subsequentemente, como parte das discussões judiciais em curso, envolvendo a Companhia e o Governo do Paraná, tais auditorias de avaliação foram consideradas ilegais pelo Tribunal Regional Federal - TRF da 4ª Região.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais - R\$)

18. Informações sobre o Contrato de Concessão--Continuação

A aplicação do reajuste legal, contratualmente previsto para ocorrer em 1º de dezembro de 2003 e que havia sido temporariamente suspenso devido a ação judicial movida pelo Estado do Paraná, foi assegurada pela Justiça Federal de Curitiba e posteriormente confirmada, em acórdão unânime, pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça – STJ em decisão datada de 30 de junho de 2004. Dessa forma, os referidos reajustes vêm sendo praticados pela Ecovia Caminho do Mar S.A. desde 2 de julho de 2004.

Os reajustes de tarifas de 2004, 2005 e 2006 foram também garantidos através de decisões judiciais exaradas pela Justiça Federal do Paraná e confirmadas pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

O Governo do Estado do Paraná pretendeu também sustar a aplicação de degrau tarifário contratualmente previsto. Da mesma forma, a Justiça deu ganho de causa à Ecovia Caminho do Mar S.A., impedindo o Estado de proceder a qualquer alteração no valor nominal das tarifas, tendo desta forma sido garantido o valor tarifário contratualmente previsto.

Na mesma esteira, o Governo do Estado do Paraná ainda pretendeu, por meio de via judicial, tornar nulos os aditivos ao Contrato de Concessão para obter por via transversa a redução das tarifas de pedágio. Todavia, tais tentativas restaram frustradas, sendo todos os pedidos indeferidos em primeira e segunda instancias sendo que, por essa razão a tarifa básica permanece nos patamares contratuais.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais - R\$)

18. Informações sobre o Contrato de Concessão--Continuação

A Companhia promove ação judicial contra o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER/PR (Concedente), perante a Justiça Federal de Curitiba, para ter declarado e considerado em seu favor os principais fatos que desequilibraram o contrato original, obtendo-se assim o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. Nesta esteira, em novembro de 2005, o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER/PR (Concedente), ajuizou ação que foi conectada àquela acima mencionada, para obter revisão em seu favor do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, tendo sido negada tutela antecipada para reduzir a tarifa. Ainda mais, naquele mesmo ano, em dezembro, em face da negativa da tutela antecipada para obtenção de revisão para menor da tarifa, a Concedente ajuizou medida cautelar com a mesma razão de pedir da ação acima mencionada, tendo liminar negada e sido ainda extinta por sentença logo em seguida. E, em 2006, a Poder Concedente, a despeito das duas derrotas anteriores, promoveu terceira ação com a mesma causa de pedir, com pedido de antecipação de tutela, o qual, também foi indeferido pelo Juízo Federal competente.